



ATA DA REUNIÃO CONJUNTA - COMITÊ GESTOR REGIONAL DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU E ORÇAMENTÁRIO DE PRIMEIRO GRAU E COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DO SEGUNDO GRAU.

I – DATA, HORA E LOCAL DE REALIZAÇÃO: 04 de Setembro de 2020, às 09h30, em ambiente virtual por videoconferência.

II – MODO DE CONVOCAÇÃO: Os integrantes do Comitê Orçamentário do 2º Grau foram convidados via convite, pela Assessoria de Planejamento e Organização – ASPLAN/TJAP, a saber: os Desembargadores ROMMEL ARAÚJO DE OLIVEIRA e MANOEL BRITO, foram enviados convites aos respectivos gabinetes, bem como o Diretor Geral, ALESSANDRO RILSONEY; GLÁUCIO MACIEL, Diretor do DEINF; JOÃO TRAJANO, Assessor de Planejamento/ASPLAN e ANNE CHRYSTIANE, Representante do SINJAP. Os integrantes do Comitê Orçamentário do 1º Grau receberam o convite via whatsapp, a saber: os Juízes PAULO CÉSAR DO VALE MADEIRA, LÍVIA SIMONE DE OLIVEIRA CARDOSO, ESCLEPIADES DE OLIVEIRA NETO, MARINA LORENA LUSTOSA VIDAL, ALAÍDE MARIA DE PAULA e JOSÉ BONIFÁCIO LIMA DA MATA, além dos serventuários que fazem parte dos Comitês, a saber: MARCELO VICTOR MIRANDA, MAC DONALD DE SOUZA MATOS, LUCINETE OLIVEIRA DA SILVA e NEY ARNALDO PARENTE tudo mediante convite assinado pelo Presidente do Institucional, Desembargador JOÃO GUILHERME LAGES MENDES.

III - PAUTA: 1) Aprovação da Ata da reunião anterior; 2) Apresentação e discussão das propostas orçamentárias setoriais para 2021; 3) O que ocorrer.

IV – QUÓRUM DE INSTALAÇÃO: Presentes os Magistrados: Juíza MARINA LORENA LUSTOSA VIDAL – Coordenadora do Comitê Gestor Regional de Priorização



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Presidência
Assessoria de Planejamento e Orçamento

do Primeiro Grau e Comitê Orçamentário do Primeiro Grau; Juízes PAULO CÉSAR DO VALE MADEIRA e ESCLEPIADES DE OLIVEIRA NETO. Registradas as presenças dos serventuários ANNE CHRYSTIANE DA SILVA MARQUES - Representante do SINJAP; MARCELO VICTOR MIRANDA; NEY ARNALDO PARENTE e LADILSON COSTA MOITA. Presente, ainda, o Diretor do DEFIN, GLÁUCIO MACIEL BEZERRA e do servidor FRANKLIN AUGUSTO AMARAL DE MENDONÇA; AUGUSTO CÉSAR ALBERTO NERY e JOB DUARTE MORAES da ASPLAN; MARCO ANTONIO CRAVEIRO – Diretor do DEINTEL.

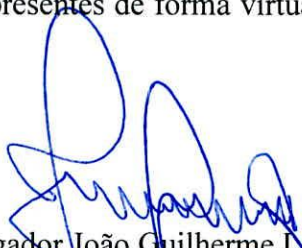
V – DELIBERAÇÕES: 1) – Aprovação da Ata – Declarada aberta a reunião com a aprovação da Ata da reunião, o Presidente do TJAP, Desembargador JOÃO LAGES agradeceu o esforço de todos na consolidação das informações setoriais e os valores a compor a Proposta Orçamentária para o exercício de 2021. Feito isso, passou a palavra para o Diretor do Departamento Financeiro, GLÁUCIO MACIEL, fazer a explanação do tema seguinte da pauta. **2) - Apresentação e discussão das propostas orçamentárias setoriais para 2021** – Com a palavra, o Diretor do DEFIN passou a explicar a proposta de distribuição da Receita Orçamentária para o próximo ano, estimada em R\$ 399.011.118,00 (Trezentos e Noventa e Nove Milhões, Onze Mil, Cento e Dezoito Reais), de acordo com a seguinte composição: **TJAP** – R\$ 390.269.715,00 (Trezentos e Noventa Milhões, Duzentos e sessenta e Nove Mil, e Setecentos e Quinze reais) provenientes de **Transferências de Recursos do Estado e Arrecadação Própria**; **EJAP** – R\$ 2.500.000,00 (Dois Milhões e Quinhentos Mil reais); **Rendimento de Aplicação Financeira** – R\$ 328.800,00 (Trezentos e Vinte e Oito Mil e Oitocentos reais). Os demais valores são decorrentes de recursos adicionais estimados que compõem o orçamento, a saber: **FMRJ** – R\$ 7.386.700,00 (Sete milhões e Trezentos e Oitenta e Seis Mil e Setecentos Reais); **FAJIJ** – R\$ 1.156.900,00 (Um Milhão, Cento e Cinquenta e Seis Mil e Novecentos Reais); **FERC** – R\$ 197.803,00 (Cento e Noventa e Sete Mil, Oitocentos e três reais). Nesse universo, a dinâmica do orçamento ocorre desta forma: **Folha de Pagamento** – R\$ 331.198.794,00 (Trezentos e Trinta e Um Milhões, Cento e Noventa e Oito Mil, Setecentos e Noventa e Quatro reais), corresponde a 83,5%; **Parcelamentos** – R\$ 11.300.000,00 (Onze Milhões e Trezentos Mil reais), corresponde a 2,8%; **Custeio** – R\$



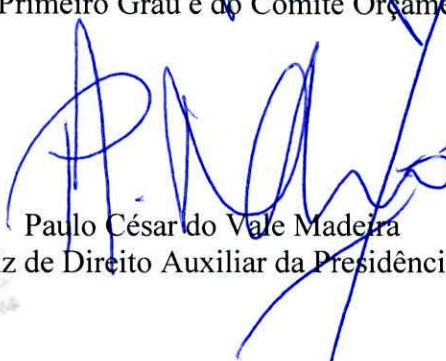
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Presidência
Assessoria de Planejamento e Orçamento

PARENTE perguntou ainda sobre as demandas aprovadas pelo Pleno, em especial a incorporação da GAJ e Gratificação, se o pagamento ainda vai ocorrer esse ano. O Des. JOÃO LAGES tranqüilizou ao informar medidas que estão sendo tomadas para o início do pagamento a partir do mês de outubro, se a legislação competente estiver aprovada. Após as considerações complementares, no respeitante ao empreendimento para a consolidação da Proposta Orçamentária 2021, o Presidente do TJAP parabenizou o esforço dos Comitês Orçamentários na coleta e análise das informações setoriais, onde buscou encontrar o termo satisfatório para a Elaboração da Proposta do Orçamento 2021, a ser apresentada ao Pleno para aprovação e demais encaminhamentos ao Executivo no prazo constitucional.

VI – ENCERRAMENTO: - E por não haver mais nada a tratar, e considerando o impacto do novo Coronavírus – Covid19 nas atividades presenciais do Comitê, a presente ata vai lavrada por mim, Edson Fernandes de Carvalho, que secretariei e transcrevi, e após, encaminhada e aprovada pelos presentes de forma virtual. Macapá-AP, 04 de setembro de 2020.



Desembargador João Guilherme Lages Mendes
Presidente do TJAP e do Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau
e Orçamentário do Primeiro Grau e do Comitê Orçamentário do 2ª Grau



Paulo César do Vale Madeira
Juiz de Direito Auxiliar da Presidência

Marina Lorena Lustosa Vidal
Juíza de Direito Coordenado do Comitê Gestor de Priorização do Primeiro Grau e Comitê
Orçamentário do Primeiro Grau



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Presidência
Assessoria de Planejamento e Orçamento

48.012.652,00 (Quarenta e Oito Milhões, Doze Mil e Seiscentos e Cinquenta e Dois reais), corresponde a 12%; **Investimentos** – R\$ 6.199.672,00 (Seis Milhões, Cento e Noventa e Nove Mil e Seiscentos e Setenta e Dois Reais), corresponde a 1,6%, e **Obras** – R\$ 300.000,00 (Trezentos Mil reais), corresponde a 0,1%. Feita exposição dos valores, considerando o fatiamento orçamentário a partir dos grupos de despesas, o servidor LADILSON MOITA indagou a respeito do crescimento vegetativo da Folha de Pagamento 2020/2021, ante a realização de concurso público para Magistrados e Servidores, ou a redução do valor da Folha, ocasionado pela adesão de Servidores e Magistrados ao Plano de Aposentadoria Incentivada – PAI. Sobre esse questionamento, GLÁUCIO MACIEL informou que o crescimento vegetativo deve flutuar em torno de 3,2%. No respeitante a realização do Concurso, essa despesa já está contemplada em custeio, vez que o próprio concurso pode garantir a cobertura do investimento no concurso, não acarretando peso na FP em 2021, até porque não implicando em chamamento de pessoal, visto que o tempo para a realização do Concurso deve durar por todo o ano de 2021. Em relação ao PAI, GLÁUCIO MACIEL explicou que deve gerar economia orçamentária, mas não significa sobra de recursos. Tais recursos deverão suprir demandas das áreas de Investimentos e Custeio. Feita essa composição, presumida da folga orçamentária proveniente do PAI, a eventuais sobras orçamentárias serão utilizadas em despesas dentro do Orçamento. Com a palavra, ANNIE CHRYSTIANE, representante do SINJAP, perguntou quanto seria a sobra decorrente do PAI. O Diretor do DEFIN informou que, segundo cálculos estimados o valor deve chegar, dentro do período de 12 meses, a 6 milhões de reais. Com a palavra, o Juiz Auxiliar da Presidência, PAULO MADEIRA, perguntou sobre a situação da dívida do TJAP com a Previdência e com o Imposto de Renda. GLÁUCIO informou que foram firmados seis programas de parcelamento com a AMPREV. Atualmente existem apenas dois programas vigentes no montante aproximado de 11 milhões de reais anual. Em relação ao IR, por serem prazos diferentes para pagamento, o parcelamento está estipulado em 240 vezes. Com a palavra, NEY PARENTE, Vice Presidente do SINJAP perguntou sobre demandas da categoria encaminhadas via o ofício à Presidência/TJAP. Em resposta, o Des. JOÃO LAGES, Presidente Institucional, informou que estudos estão em andamento por comissão específica para análise dos pleitos, dentre eles, o reajuste salarial. Contudo, a decisão vai depender do resultado da reunião do Comitê Gestor Estadual Fiscal. NEY



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
Presidência
Assessoria de Planejamento e Orçamento

Esclepiades de Oliveira Neto
Juiz de Direito


Alessandro Rilsony Dias de Souza
Diretor Geral / TJAP


Gláucio Maciel Bezerra
Diretor do Departamento Financeiro

Annie Chrystiane da Silva Marques
Presidente do SINJAP

Ney Arnaldo Parente
Vice Presidente do SINJAP

Marcelo Victor Miranda
Membro Titular

Ladilson Costa Moita
Membro Suplente

